


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000007-28.2018.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **José Esmael Camargo Junior**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização proposta por **José Esmael Camargo Júnior** contra o **Município de Ibaté**. Alega o autor que teve a sua jornada de trabalho alterada por ato não suficientemente motivado pelo Município. Pretende a modificação, para retornar aos horários anteriores e indenização a título de dano moral (valor não indicado).

Citado, o requerido apresentou contestação (fls. 119/132).

Houve réplica (fls. 153/159).

Foi designada audiência de instrução (fls. 175/178).

Alegações finais das partes (fls. 188/191 e 192/195).

É o relatório.
Fundamento e decido.

Cinge-se a controvérsia sobre a alteração do horário de trabalho do autor pelo requerido de forma ilegal e a consequente indenização moral.

O pedido é improcedente.

Não ficou claramente demonstrada a prática de ato ilegal pelo requerido, de tal forma que o autor não se desincumbiu do ônus que lhe impõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil, de provar o fato constitutivo de seu direito.

Os elementos trazidos aos autos pela parte autora são insuficientes para demonstrar, com segurança, a realidade e extensão dos fatos.

Da mesma forma, o pleito indenizatório se mostra indevido, porquanto, pelo conjunto probatório, não há comprovação de dano indenizável. Em regra, o abalo moral injusto aos direitos da personalidade deve ser comprovado e não pode ser confundido com frustração de expectativa ou contrariedade, como é o caso dos autos.

Nessa linha, a jurisprudência: "O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar de dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige. Recurso especial não conhecido"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(STJ 4º T- REsp. 403.919 - Rel. Cesar Asfor Rocha - j. 15.05.2003 - RSTJ 171/351).

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, bem como a reconvenção, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Arcará a parte autora com as custas e despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 800,00 dada a modicidade do valor da causa, observando-se, a gratuidade concedida.

Interposta apelação, intime-se a parte recorrida para apresentação de contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 02 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**